

PAULO GUEDES

Conflito de gerações

Jovens nas ruas", anunciava O GLOBO em sua primeira página do caderno de Economia da última quinta-feira. Era uma clara alusão ao protagonismo da juventude nas recentes manifestações. Mas era implacável o título completo: "Jovens nas ruas. No olho da rua". Pois a verdadeira notícia foi "o aumento do desemprego entre os jovens de 16 a 24 anos, de 14,6% para 15,3%, mais do que o dobro dos 6% registrados para a

média de todas as idades." O desemprego entre os jovens é muito alto e não para de subir. Sem legislação trabalhista, sem encargos sociais e previdenciários sobre a mão de obra, 3,5 bilhões de eurásianos mergulharam nos mercados de trabalho globais, condenando ao desemprego em massa os países com mercados de trabalho inflexíveis. Uma verdadeira guerra mundial por empregos.

O problema é mais agudo em economias prisioneiras da armadilha social-democrata do baixo crescimento. Regimes previdenciários irrealistas, legislações trabalhistas inadequadas e organizações sindicais anacrônicas derrubaram o crescimento, aumentaram o desemprego e marginalizaram toda uma geração ao impedir o acesso de jovens pouco experientes aos

mercados de trabalho. Na Europa, ficou conhecido como "euroesclerose" o fenômeno do baixo crescimento e da incapacidade crônica de geração de empregos nas décadas anteriores à criação do euro. Sim, pasme o leitor, pois os males atuais são todos atribuídos à nova moda. Na Grécia, em Portugal e na Espanha, as taxas de desemprego entre os jovens estão em torno dos 50% — metade dos jovens não tem

O futuro dos jovens é ameaçado pelo despreparo, pelo egoísmo, pela irresponsabilidade, pela desatenção e pelo legado institucional dos mais velhos

futuro. No Brasil, com encargos sociais e trabalhistas de quase 100% dos salários, um emprego e destruído para cada emprego criado.

Os jovens sem futuro são vítimas de instituições inadequadas. Justamente indignados, devem perguntar a seus pais por que as "garantias" trabalhistas e previdenciárias outorgadas a si próprios pelos membros das gerações mais velhas destruíram a capacidade de geração de empregos para os mais jovens. Afinal, herdaram de seus pais não apenas valores morais e bens materiais, mas também seus países e suas instituições. O conflito entre as gerações aumenta quando a juventude é ameaçada pelo despreparo, pelo egoísmo, pela irresponsabilidade e pela desatenção dos mais velhos e pelo seu legado institucional. ■

Luz sobre a caixa-preta dos ônibus

ELIOMAR COELHO

Há mais de cinco décadas, o direito de ir e vir de milhões de cidadãos está entregue às mesmas empresas de ônibus, que nunca primaram pela qualidade de seus serviços e, particularmente nos últimos 20 anos, vêm recebendo sucessivos incentivos fiscais, subsídios e aumentos de tarifas acima da inflação. Tudo isso sem qualquer contrapartida em termos de melhoria nas condições de conforto, pontualidade e segurança das viagens cotidianas.

Os debates recentes, inflamados pelo clamor das ruas, têm descortinado, para muitos, o que qualquer passageiro de ônibus sempre soube: a prefeitura do Rio não tem a menor ingerência nem sobre o padrão operacional das mais de quinhentas linhas de ônibus, nem sobre os fluxos financeiros milionários que circulam pelo sistema RioCard (operado pelo Rio Ônibus).

Quando se trata dos contratos assinados em 2010, algumas perguntas têm que ser esclarecidas:

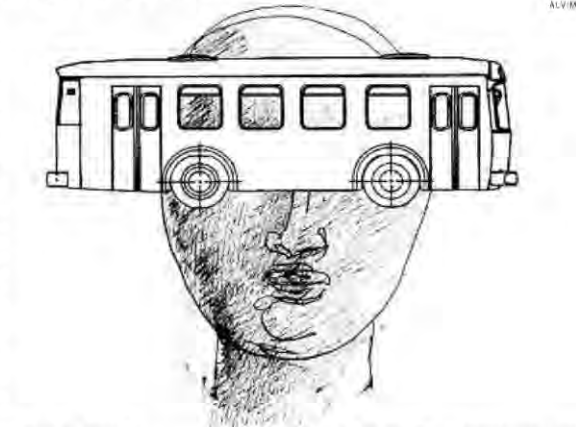
* Quais foram os estudos e critérios técnicos que embasaram a opção por esse modelo de licitação permitindo exclusividade para cada operador de atuar em grandes regiões da cidade?

* Sabendo-se que se trata de um sistema complexo, numa cidade em franca expansão de sua malha urbana, quais as justificativas técnicas e econômicas para um contrato de 20 anos?

* Se as gratuidades já estavam previstas no edital, por que o município destinou mais de cem milhões de reais em verbas públicas da Secretaria de Educação para o Rio Ônibus?

* Por que as diligências do Tribunal de Contas do Município não são respondidas a contento, quando se solicitam informações sobre o fluxo de caixa dos consórcios contratados em 2010?

São questões cruciais para se compreender como anda, de fato, o sistema de transporte público por ônibus no Rio.



blico por ônibus no Rio.

Outro fato inaceitável diz respeito ao tratamento dispensado por esse setor do empresariado ao Ministério Público do Rio, que tem dezenas de ações em tramitação contra empresas de ônibus, desde 2003, e, até agora, não conseguiu decifrar as planilhas de custos das empresas.

Longe de querer ditar regras ou receitas prontas sobre como deve ser o sistema de ônibus da Cidade, a CPI da Câmara de Vereadores do Rio pode ser o primeiro passo para o Poder Público retomar o controle e apontar caminhos para um novo marco de gestão voltado para o interesse público dessa função vital em qualquer metrópole.

Isso, é claro, se a CPI não for mais uma vítima das blindagens e arimanhas políticas de uma base governista avassaladora e pouco dada ao diálogo com a sociedade.

Se não fossem as manifestações de rua, a CPI não teria sido protocolada e deferida, em junho, na Câmara Municipal, e, para o resultado corresponder ao real propósito de abertura da caixa-preta do sistema, é necessária uma permanente mobilização até o final dos trabalhos da Comissão. ■

Eliomar Coelho é vereador e líder do PSOL na Câmara do Rio

Hora de mudar

MOREIRA FRANCO

Há coisa de dois anos, ouvi de um diplomata escandinavo a seguinte constatação sobre o Brasil: "Você precisa morar aqui por um tempo para entender que falta de dinheiro não é o problema." Essa frase foi a primeira coisa que me veio à mente ao ler, há alguns dias, a notícia no GLOBO sobre o relatório de técnicos do Tesouro Nacional que apontava um desperdício de R\$ 21,9 bilhões no ensino fundamental no país somente entre 2007 e 2009.

Trata-se de 40% de tudo o que foi investido em educação básica no período, uma dinheirama que deixou de se converter em serviço ao contribuinte devido a problemas de gestão.

O caso é emblemático para entender a onda de protestos que varreu o país no mês de junho. O movimento deixou clara a percepção da sociedade de que os governos no país estão dando as costas a dois princípios constitucionais que deveriam integrar o DNA de qualquer administrador e administração pública: o da moralidade e o da eficiência. A resposta do poder público às ruas passa necessariamente por restabelecer esses princípios na forma de gerir bens e serviços que vão do ensino e da saúde aos aeroportos.

O perfil dos manifestantes e de suas reivindicações, frequente e erroneamente apontadas como "difusas", fica claro num cruzamento de dados de pesquisas de opinião feito por Renato Meirelles, do Instituto DataPopulair. A

análise mostra duas coisas importantes: primeiro, que a maior parte dos manifestantes pertence à classe média. Muitos

recentemente passaram a ter emprego formal e, portanto, a recolher impostos na fonte. Isso muda a relação do cidadão com o Estado. Ele passa a ver os serviços públicos não mais como uma caridade, mas como uma contrapartida.

O cidadão exige que esses bens e serviços sejam entregues sem corrupção. E a corrupção necessariamente encarece os serviços públicos, roubando-lhes eficiência. As ruas sabem, instintivamente, o que a Constituição preconiza.

O setor aeroportuário brasileiro vem testando o casamento entre esses dois princípios. A boa notícia, aqui, é que a moralidade na aplicação do dinheiro público tem avançado a olhos vistos. Isso se deve ao papel crucial dos órgãos de controle, como o TCU (Tribunal de Contas da União). A má é que nem sempre a eficiência caminha em sintonia com a moralidade, como atestam algumas grandes obras que estão paradas ou com atrasos intoleráveis. E preciso acelerar.

O TCU também pode ser instrumento para isso — alguns dos problemas apontados pelos pareceres do órgão em aeroportos, afinal, resultam não de má-fé, mas da falta de empresas qualificadas para elaborar e executar projetos básicos e executivos dessas obras. Ajudando, por exemplo, os órgãos encarregados de obras a desenvolver novos modelos de contratação e gestão. Fazendo isso, ajudaria a recompor a competência na administração pública.

Sei que há resistências e que nada é simples num país de democracia e cidadania jovens, como o Brasil. Mas, se há um momento para pensarmos fora da caixa e quebrarmos antigos esquemas mentais, é agora. ■

Moreira Franco é ministro da Aviação Civil

O risco é o oportunismo político

REGIS FICHTNER

Uma centelha fez explodir protestos pelo país. A sociedade elevou a sua voz. Todo mundo tem alguma coisa de que reclamar em um país em que há muito por fazer e possui uma herança de pouco investimento social, ineficiência e baixo crescimento econômico.

Vejo com preocupação o rumo que as manifestações vêm tomando no Rio, com a luta política violenta ocupando cada vez mais espaço do protesto coletivo.

O governo que nos antecedeu tinha suas contas desorganizadas e os seus principais postos de chefia em Segurança, Fazenda, Saúde e Educação, loteados politicamente. A economia estava estagnada, a violência imperava, quem podia tinha carro blindado, a população que vivia

em favelas era subjugada pelo tráfico, o índice de homicídios passava dos 40 por cem mil habitantes e ocupávamos as últimas posições nos índices de avaliação da educação.

O governo atual organizou as contas públicas, alcançou o grau de investimento pelas agências de risco, profissionalizou a gestão, privilegiando o mérito, tomou do tráfico o controle de muitas favelas, libertando os seus moradores, baixou o índice de homicídios para cerca de 24 por cem mil habitantes, sendo que na cidade do Rio a taxa é menor que 20 por cem mil habitantes, criou e instalou 52 UPAs 24h e foi o único que instituiu um bilhete único intermunicipal, que subsidia o custo do transporte de quem mora longe do trabalho.

O Estado do Rio ganha nos últimos anos de todos os demais estados em crescimento, tem pleno emprego e os melhores salários. Saímos da

penúltima colocação no Ideb para a décima quinta e temos como meta estar entre os cinco primeiros neste ano. Os maiores investimentos públicos no Brasil estão no Rio, destacando-se a linha 4 do metrô e o Aereo Rodoviário.

Um governo deve ser avaliado comparando-se o antes com o depois. As carências são ainda grandes, há muito por fazer, mas o Rio tem trilhado o caminho da diminuição das desigualdades e do crescimento econômico.

O maior risco que corremos neste momento de muita perplexidade é que a deturpação do recado das ruas viabilize o oportunismo político e a volta do câncer que muito prejudicou o nosso estado no passado recente, o populismo. Ai, efetivamente, estaremos em apuros. ■

Regis Fichtner é secretário-chefe da Casa Civil do governo do Estado do Rio de Janeiro

Violando a sua liberdade de escolha

FÁBIO MEIRA DE ALMEIDA SANTOS

Certamente vocês estão se perguntando: qual a relação do indivíduo mais procurado do planeta, Edward Snowden, com os consumidores brasileiros? É direta: ao aceitar "Políticas de Privacidade" e "Termos de uso" que se revestem de legalidade por prestar informações supostamente "claras", o consumidor, mesmo sem plena consciência do fato, chancela a possibilidade de o fornecedor coletar seus hábitos mais íntimos durante a navegação — fazendo uma busca, enviando um e-mail ou adquirindo produtos e serviços.

No entanto, não temos dúvidas de que qualquer "Política de Privacidade" ou "Termo de uso" que viole a Constituição Federal, o Código Civil (direitos da personalidade) e o Código de Defesa do Consumidor, ainda que o internauta, vulnerável, emita seu "aceite", será considerado abusivo e, portanto, nulo de pleno direito. Em outras palavras, será considerado como não escrito e, nestes termos, a autorização de transmissão de dados chancelada pelo consumidor não surtirá efeitos.

Mais: a prática daquele que violou, espionou e transmitiu dados será ilícita.

Ora, se por simples atos de navegação e compra os consumidores brasileiros são frequentemente monitorados, não é nenhuma surpresa o fato de a NSA (Agência de Segurança Nacional dos EUA) contar com a colaboração "profunda e contínua" das multinacionais americanas (entre elas, Google, Facebook, Skype, YouTube). E não apenas para fins de monitoramento geopolítico ou questões de segurança, mas também para obtenção de segredos comerciais.

Dai não se pode afirmar que a notícia causou repulsa, pois caso as autoridades estivessem preocupadas com o que se tem afirmado há muito tempo acerca da violação da privacidade dos consumidores na internet, certamente já teriam concluído que a espionagem, poderia, sim, afetar a soberania nacional, pois estas informações estariam sendo compartilhadas não apenas para oferta de publicidade na rede, mas para diversas outras finalidades.

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, afirmou que não é lícito que um país tenha contro-

le sobre a internet. Ora, se já é inadmissível o controle da rede por um país sob a justificativa de segurança, o que dirá sobre o controle da internet, hoje assumidamente nas mãos de somente uma empresa, o Google.

A preocupação não se restringe à privacidade do consumidor. Implica também na violação da privacidade entre fornecedores concorrentes, que têm seus dados coletados de forma a gerar captação de clientela por meio da violação da liberdade de escolha do consumidor que, por sua vez, não tem ideia de como foi monitorado ao receber resultados de busca não de forma neutra, mas manipulada.

Dai a relação com Snowden. A espionagem no campo das relações de consumo pode ser traduzida, de forma simples, pela abusividade da prática de extrair vantagens manifestamente excessiva do consumidor e violar sua liberdade de escolha.

Os órgãos de proteção e defesa do consumidor, bem como de combate às práticas anticoncorrentes, precisam fiscalizar e estar atentos aos problemas contemporâneos da era digital. ■

Fábio Meira de Almeida Santos é advogado